



Governo do Estado de São Paulo
Secretaria de Governo
Ouvidoria Geral do Estado

Despacho

Assunto: DECISÃO OGE/LAI nº 186/2020

Número de referência: PROTOCOLO SIC [REDACTED]

SECRETARIA: Secretaria Estadual da Fazenda e Planejamento

ASSUNTO: Pedido de informação formulado por [REDACTED]

EMENTA: Solicitação de informações consolidadas sobre o total de servidores públicos do Estado de São Paulo com distribuição, por secretaria e entidades da administração indireta, dos servidores (comissionados e efetivos) em teletrabalho, em trabalho presencial e à disposição (isto é, servidores em casa porém sem teletrabalho), incluindo sempre número total e também os percentuais da distribuição em cada órgão e que a planilha esteja organizada de tal forma que seja possível identificar a proporção e o número total de servidores (efetivos e comissionados) em teletrabalho em cada uma das secretarias do estado. Inovação no pedido recursal. Não conhecimento.

DECISÃO OGE/LAI nº 186/2020

1. Trata o presente expediente de pedido formulado à Secretaria Estadual da Fazenda e Planejamento, número SIC em epígrafe, para acesso a informações consolidadas sobre o total de servidores públicos do Estado de São Paulo com distribuição, por secretaria e entidades da administração indireta, dos servidores (comissionados e efetivos) em teletrabalho, em trabalho presencial e à disposição (isto é, servidores em casa porém sem teletrabalho), incluindo sempre número total e também os percentuais da distribuição em cada órgão e que a planilha esteja organizada de tal forma que seja possível identificar a proporção e o número total de servidores (efetivos e comissionados) em teletrabalho em cada uma das secretarias do estado.
2. Em resposta e em recurso, o órgão respondeu com as informações que detinha e justificou a impossibilidade de atendimento no formato solicitado. Insatisfeito, o solicitante apresentou o presente apelo revisional, cabível a esta Ouvidoria Geral conforme atribuição estipulada pelo artigo 32 do Decreto nº 61.175/2015.
3. Em análise do caso concreto, verifica-se que o ente atendeu corretamente a demanda, fornecendo os dados existentes e justificando a impossibilidade de atendimento no formato solicitado, de acordo com o art. 11 § 1º da Lei nº 12.527/2011. E em grau recursal, o requerente demonstrou sua insatisfação, não buscando uma reforma nas respostas oferecidas.
4. Assim, inevitável a conclusão de que, no presente caso, o recurso não encontra respaldo na legislação vigente para ser conhecido, carecendo-lhe de motivação e o

Classif. documental

006.03.02.001



Governo do Estado de São Paulo

Secretaria de Governo

Ouvidoria Geral do Estado

- pressuposto recursal da negativa de acesso (artigo 20 caput do Decreto nº 58052/2012).
5. Cabe salientar que a Ouvidoria Geral do Estado e a Controladoria Geral da União possuem entendimento já firmado, asseverando que "a Lei de Acesso à Informação não ampara a formulação de consultas, reclamações e denúncias, bem como pedidos de providências para a Administração Pública Federal ou solicitações de indenizações. Os pedidos de acesso devem veicular, única e exclusivamente, o acesso a dados, processados ou não, que podem ser utilizados para produção e transmissão de conhecimento, contidos em qualquer meio, suporte ou formato". (Referência: 48700.000688/2014-71, Órgão ou entidade recorrido: ANEEL - Agência Nacional de Energia Elétrica. Recorrente: A.L.S.S).
 6. Assim, considerando não se tratar de demanda recursal motivada por acesso à informação e tampouco almejar reforma da resposta ofertada pelo ente, **não conheço do recurso**, ausentes quaisquer das hipóteses recursais previstas no artigo 20 e seus incisos do Decreto n. 58.052/2012.
 7. Publique-se no sistema eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão - SIC, para ciência aos interessados. Na ausência de nova manifestação no prazo de 15 (quinze) dias, arquivem-se os autos.

São Paulo, 18 de agosto de 2020.

Vera Wolff Bava
Ouvidora Geral do Estado
Ouvidoria Geral do Estado